



MUR
EWS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 03 (28/02/2022)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia 28 de fevereiro de dois mil e vinte e dois

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira-secretária e André Geraldo da Côrte como segundo-secretário. -----

-----Os trabalhos iniciaram-se pelas dez horas e dez minutos-----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) informou que os membros do seu grupo partidário estavam em protesto, não ocupando os lugares conforme aprovado, por não concordarem com a disposição da sala. -----

---A senhora Presidente da Assembleia dirigiu-se ao senhor deputado Laureano Macedo referindo que a disposição dos lugares foi aprovada por maioria na última sessão da Assembleia Municipal, pelo que teriam de cumprir o que havia sido aprovado. -----

-----Uma vez que o grupo do Partido Socialista não ocupou os seus lugares, a Senhora Presidente da Assembleia suspendeu os trabalhos, pelas dez horas e quinze minutos. ----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu reinício aos trabalhos pelas onze horas e dez minutos. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e informou que a deputada Teresa Nunes não pôde estar presente, sendo substituída pelo senhor deputado Francisco Pestana. Mais informou que, o PJJ da Ribeira Brava, Marco Martins, não estando presente fez-se representar pelo senhor João Correia. Referiu ter chegado à mesa, pela mão da Sr^a Bernardete Nabo, uma Petição pública para construção de um caminho municipal entre o caminho da Boa Morte e o Sítio do Til, e que este documento seria abordado no final dos trabalhos da Sessão. -----

-----A Sr^a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia procedeu à chamada para verificação do quórum. Estando presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Francisco Paulo Pestana, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês

MIR
2015



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu, Vítor Hugo Fernandes, Karina Mónica Pereira Ferreira; **pelo PS:** Olívia da Silva Ascensão, Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Rui Pedro Fernandes de Almeida, Laureano Secundino Ascensão de Macedo, Elsa Maria de Abreu Gomes; **pelo CHEGA:** Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Celestino Gomes Sebastião.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João Pedro Garcês Mendes Correia (Em representação de Marco Nuno Correia Martins - PJJ Ribeira Brava), João David Jardim de Sousa (PJJ Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJJ da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJJ da Tabua). -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Sr. Vice-Presidente, Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vereador Rafael João Figueira Sousa, o Vereador Paulo Santos Andrade, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, a Vereadora Olga Maria de Ascensão Fernandes e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva. -----

-----Pelas onze horas e quinze minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) interveio novamente sobre a questão da disposição da sala. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia informou que primeiro iriam verificar a ata da última sessão. -----

-----Proseguiu-se com a insistência do Deputado Laureano Macedo (PS) sobre a disposição da sala e as respostas da senhora Presidente explicando que havia uma ordem de trabalhos a respeitar. -----

-----O Deputado Hélder Gomes (RB1) referiu, alegando o artigo 55 do Regimento que foi aprovada uma proposta por maioria e que a mesma tem de ser respeitada. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia salientou que antes da ordem do dia a primeira coisa a fazer é colocar à votação a ata da última sessão. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) exigiu o registo áudio da Sessão anterior. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia informou que na última sessão da assembleia esteve presente a empresa responsável pela gravação, no entanto verificou-se um



VUB
AJS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

problema técnico que impossibilitou o registo áudio. Assim, a ata desta Sessão foi realizada com base nos apontamentos dos secretários. Mais informou que o responsável pela empresa apresentará uma declaração esclarecendo o problema ocorrido. Alegou também não ter sido realizado o pagamento deste serviço. -----

-----Prosseguiu-se a discussão da ata da sessão anterior. -----

---- O Deputado Laureano Macedo (PS) exigiu o registo da Sessão que decorria. Relembrou a importância dos registos áudios das sessões anteriores para evitar situações futuras. Referiu o cumprimento da Portaria 1253/2009 de 14 de outubro, que refere que todas as peças, que dizem respeito aos trabalhos da sessão, têm de ser conservadas. Todos os documentos, desde as minutas até os documentos definitivos, independentemente da sua materialidade têm de ser de conservação permanente e espera que estes registos sejam guardados no arquivo da câmara e não apenas as suas sínteses em ata. O Deputado expressou que o Partido Socialista iria votar contra a ata da última sessão, devido à disposição da sala, pedindo que numa próxima sessão ordinária ou extraordinária sejam envidados todos os esforços para um funcionamento de uma assembleia municipal condigna onde possam ser debatidas as questões sem atropelos e disposições de sala que nos dá “a sensação de estarmos numa carteira de escola ou num circo de focas e nós não pretendemos isso. Queremos ser tratados como gente adulta e não com esta disposição que nos parece ser um pouco antissocial e pouco profícua de desenvolvimento dos trabalhos de uma assembleia.” -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, reforçou que esta proposta foi apresentada à Mesa e colocada à votação, em Plenário, tendo sido aprovada por maioria. -----

-----O Deputado Hélder Gomes (RB1) interveio salientando que em democracia deve-se ter em conta a opinião de todos e neste caso respeitar o Regimento da Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente. Convidou os senhores deputados do PS a ler o artigo 55º do Regimento alegando estarmos a “perder tempo” a discutir disposição de lugares em vez de tratar assuntos de relevante importância para o concelho-----

-----A ata da última sessão foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria com 19 votos a favor (17 do RB1 e 2 do CHEGA) e 5 votos contra (PS). -----

Em declaração de voto, o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal votou **CONTRA** o ponto relativo à aprovação da ata da sessão ordinária de 2021-12-17, do

Handwritten marks and signatures in the top left corner.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

período antes da ordem do dia, pelos seguintes motivos: O registo áudio não foi corretamente gravado pela entidade empresarial adjudicada pela Assembleia Municipal, incumbida de realizar a gravação da sessão ordinária supramencionada, como previsto no número 5, do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava. Uma vez que as atas constituem sínteses escritas das intervenções feitas nas sessões, conforme n.º 1 do art.º 39.º do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, estas também podem obscurecer aspetos que tendencialmente não são capturados ou representados nesse documento. Estranhámos a ausência da secretária de apoio à Assembleia Municipal, tendo deixado à mesa o seu próprio telemóvel pessoal, desconhecendo-se o propósito. Em consequência do ponto anterior, verifica-se o não cumprimento da Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro, que altera e republica o Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, relativo à conservação dos documentos (incluindo os registos áudio), instrumento obrigatório para todas as autarquias do País, incluindo as entidades autárquicas do Município de Ribeira Brava, uma vez que o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal manifestava dúvidas sobre a ata e tencionava requerer acesso e cópia simples de registos áudio, como assim se encontra previsto no número 5, do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava. No que respeita à disposição da sala, designadamente o assento atribuído aos deputados do Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal aprovado por maioria na sessão ordinária de 2021-12-17, conforme já apontado e justificado nas declarações de voto do Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal relativas à sessão de 2021-12-17, realçando-se o facto de não terem sido disponibilizadas, à chegada do Salão Nobre, cadeiras aos membros do Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal na sessão de 2022-02-28, incluindo a Vereadora, Dra. Olga Fernandes, razão por que permanecemos de pé em protesto veementemente perante o desrespeito da Mesa da Assembleia e do RB1, ao ter pedido à Mesa da Assembleia para prosseguir com os trabalhos, tendo assim prosseguido, em total desconsideração para com o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, nos termos do art.º 29.º do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava. Recomendámos, ainda, à Mesa da Assembleia que envide esforços necessários para encontrar um espaço condigno à



VMA
A
es

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

realização das sessões de Assembleia Municipal, dadas as limitações que o Salão Nobre não proporciona.”-----

----- A Deputada Luísa Ponte (RB1) após cumprimentar todos os presentes questionou sobre a viabilidade da Câmara, junto das entidades competentes, solicitar uma melhor cobertura para o centro de saúde da Ribeira Brava, uma vez que, nos últimos episódios de chuva, se tem verificado, as pessoas quererem abrigar-se e i isso não ser possível. Alertou para o fato de que, com a situação de pandemia, as pessoas têm que aguardar na rua não existindo condições para tal sem ter uma cobertura superior. Recordou ainda a existência de um projeto que previa uma intervenção naquela estrada para a tornar mais segura, questionando sobre a viabilidade do Município abordar o Secretário Regional indagar se a mesma foi ou não “posta de lado” para dar prioridade a outros projetos considerados mais urgentes no concelho. Referiu ainda as coberturas das paragens de autocarro e questionou sobre a recuperação do miradouro da Tabua no Lugar da Serra.--

----- O Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, abordou a questão do centro de saúde, informando que já foram solicitados bancos para as pessoas esperarem sentadas. Acerca das coberturas, referiu nunca ter sido abordada essa questão, adiantando que será devidamente analisada. O Senhor Presidente referiu a preocupação do Município, junto do secretário regional referente, na questão do covid, em disponibilizar placas acrílicas para o devido atendimento nos centros de saúde. Relativamente à estrada junto ao centro de saúde o senhor presidente referiu que tem sido uma batalha tendo mostrado o seu desagrado relativamente a essa situação, abordando a rotunda, os semáforos e a área envolvente, salientando ser esta uma questão patente que tem sido repetidamente alvo de alertas. Também mencionou que as paragens, abrigos com coberturas estão sendo colocadas aos poucos e que será aberto outro concurso. Mais informou que, por vezes surgem alguns entraves, relativamente ao fato da sua localização não ser pública sendo que os respetivos proprietários não permitem a sua colocação, no entanto existem acordos, em alguns casos. Sobre a recuperação do miradouro da Tabua o Senhor presidente informou que este está incluído no plano de investimentos e no orçamento, pelo que serão envidados esforços para o colocar no terreno. -----

-----O Deputado Vítor Abreu (RB1) começou por congratular a Câmara Municipal da Ribeira Brava por ter duplicado as verbas, às Juntas de Freguesia do concelho. Referiu

WUBZ
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

que pelo fato de ter sido presidente de junta, por alguns anos, valoriza este apoio que é uma mais-valia para as juntas de freguesia. Questionou ainda sobre o projeto que a câmara está a elaborar para a estrada da Candelária, na Tabua, na vereda do Salão, nomeadamente para quando está previsto o início da mesma. Sobre a obra da Estrada Regional 222, que liga o centro da vila ao Pico da Banda d'Além questionou para quando está prevista a sua conclusão. Referiu a obra no sítio da Corujeira, Tabua, que liga o Caminho da Pia ao Caminho do Caramanchão, perguntando para quando está prevista a sua conclusão e se terá saída para o Caminho do Caramanchão, junto às estufas. -----

----- O Senhor Presidente, Ricardo Nascimento, e em relação à questão do apoio às Juntas de Freguesia indicou que este aumento de verbas está relacionado com o rigor financeiro que permitiu uma maior disponibilidade financeira: O senhor presidente elogiou o trabalho das juntas de freguesia, muito profícuo em prol dos seus fregueses, sendo um trabalho de proximidade, lamentando as pequenas verbas do fundo de equilíbrio financeiro que as Juntas recebem. Sobre o Caminho do Salão, referiu estar idealizado todo o seu traçado, estando em fase de comunicação com a população devido à cedência de terrenos, para posterior lançamento de procedimento de contratação pública. Sobre a obra da Estrada Regional 222, informou que esta tinha conclusão previsível de um ano, estando a decorrer e a “bom ritmo”. Relativamente à Estrada do Caramanchão, esta é para concluir sendo que, neste momento, encontra-se em fase de resolução uma situação relativa a um proprietário de um dos terrenos-----

-----O Deputado Vítor Abreu (RB1) interveio sobre a Estrada Regional 222, referindo ser um local de passagem de muitos peões e crianças para a escola, questionando assim se está prevista ou não a realização de passeio para peões. O senhor deputado sugeriu ainda a construção de uma escadaria metálica pela encosta abaixo, a fim de poder ter acesso à Vereda do Porto Santo, referindo que facilitaria a descida da encosta assim como o acesso ao miradouro. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara indicou que a Câmara, há muitos anos adquiriu o terreno na zona de cima, existindo um estudo prévio, feito pelos serviços técnicos da autarquia, para a construção de um miradouro, salientando a instabilidade do subsolo naquele espaço. Atualmente encontram-se lá as gruas de apoio à obra, tendo sido realizadas sondagens para a colocação das mesmas. A requalificação do miradouro



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

apenas avançará após um estudo prévio, ficando a possibilidade da realização de uma vereda do miradouro para a Estrada Regional. Sobre a questão dos passeios, informou ser necessário a consulta do projeto enviado à Câmara para devido parecer, sendo necessário averiguar se faz sentido e se poderá ser contemplado. -----

-----O Deputado Vítor Abreu (RB1) salientou que “a sua ideia era uma opção ou outra, não fazendo sentido ambas.” -----

-----O Deputado Hélder Gomes (RB1) salientou o bom senso do senhor presidente na realização de obras relevantes para do concelho. Uma delas é o reforço da adução do reservatório da Trompica que será lançada. Mencionou também o cais de acesso ao Calhau da Lapa que sofreu muitos danos, nos últimos tempos, solicitando ao senhor presidente uma abordagem a este tema relativamente ao seu desenvolvimento -----

-----A Deputada Olívia (PS) referiu não ter ouvido a intervenção do deputado Hélder Gomes (RB1). -----

-----O Deputado Hélder Gomes (RB1) repetiu os assuntos abordados, explicando que estes são relevantes para o concelho. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara referiu sobre o reforço da Trompica que as captações de água que alimentam estes tanques, em anos de seca, não são suficientes para as necessidades da população, em termos de água potável, dos Terreiros, Lugar da Serra e algumas zonas das Fontes. Informou que a ARM fez uma candidatura para resolver essa situação, e pediu um parecer à Câmara, que foi positivo. Reforçou que a ARM deverá ter todo o encaminhamento para lançar o procedimento Concursal sendo que a ideia é bombear água da zona da Levada do Norte, Zona das Covas, para o tanque que existe na Cova da Velha e depois para a trompica. Sobre o cais do Calhau da Lapa, o senhor Presidente referiu que já, há muitos anos, este não reúne as melhores condições para o acesso por mar à esta zona. Adiantou, que desde 2015, começaram a colocar um passadiço no cais e mais tarde foi colocado outro passadiço na zona do calhau para facilitar uma melhor acessibilidade no verão. Explicou que devido às levadias e ao mau tempo, que se tem feito sentir, este cais tem vindo a sofrer consecutivas reduções, não existindo atualmente outra alternativa á reabilitação do cais, informou ainda que é intenção do Governo Regional lançar esta obra, para procedimento concursal, em 2023-2024. Alertou também que se tratando de obras no mar é necessário considerar qual a melhor altura para

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

serem executadas. Exemplificou com a situação do emissário na Tabua, referindo que esta obra está adjudicada a uma empresa, aguardando que o mar esteja mais calmo para dar início à mesma, tendo sido esta informação transmitida pela ARM. No que se refere ao Calhau da Lapa, o Senhor Presidente mencionou também que em termos de época balnear deste ano serão garantidas as condições de segurança, através da escarpa, à semelhança de anos anteriores, numa parceria com o Governo Regional, e que a acessibilidade será pedonal, no entanto, quem conseguir irá atracar de barco da melhor forma pois neste momento é impossível estar a montar galerias, concluindo que “o dinheiro é escasso para estar a deitar no lixo!”. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) interveio, sobre o problema de estacionamento desregrado em São João até à zona da Ave Maria, por parte de moradores e talvez não moradores, obstruindo a passagem de autocarros e de camiões de pesados, criando graves constrangimentos no trânsito. Questionou quais as ações previstas pela Câmara para minimizar este problema. Acrescentou que “sabendo que existem, pelo menos o que se diz por aí, oficinas ilegais a funcionar obstruindo a passagem com muitos carros por arranjar que não são necessariamente de moradores, e isto claramente isto causa constrangimentos na fluidez do trânsito desta localidade”. -----

-----O Senhor Presidente referiu não ter conhecimento de oficinas ilegais, nessa área, alegou que como resultado da alteração do PDM, quando uma oficina passa a ser uma prestação de serviço e não uma ação industrial é permitido o seu licenciamento em espaços habitacionais, desde que cumpram os necessários requisitos. Informou ainda que os serviços camarários fazem rondas para verificar a existência de carros que se encontrem parados há vários dias na estrada, de modo a aplicar o regulamento relativo à veículos abandonados. Saliou que esta não é uma situação de fácil resolução e referiu que alertar a polícia, para aplicar multas, de acordo com o código de estrada, é uma solução. Adiantou outras possibilidades tais como arranjar financiamento para fazer estacionamentos que implica a aquisição de terrenos particulares; alertar a polícia que vai multar e/ou em última análise: as pessoas deixarem de ter carros próprios e usarem transportes públicos. Realçou que existem muitas pessoas que não têm habitação a confrontar com a estrada, pelo que é na estrada o local onde deixam o carro, referindo ser necessária alguma sensibilidade para gerir esta situação. Adiantou nunca ter sido



MS
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

reportada nenhuma situação de inibição de passagem de camiões ou autocarros devido a este problema de estacionamento. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) interveio salientando que esta questão precisa de reflexão séria de forma a ser encontrada uma resolução eficaz. Referiu ter acesso à vários registos de vídeo de situações com autocarros e camiões de pesados a quererem passar, nessa estrada, e tal não ser possível devido à obstrução de vários carros lá estacionados. Alegou ser determinante uma ação do executivo, cuja finalidade seja a de resolver esta situação, satisfazendo as necessidades da população e evitando constrangimentos relevantes no trânsito. -----

-----O Deputado António Silva (RB1) questionou sobre algumas movimentações de máquinas da Câmara, numa estrada de terra à beira da ribeira, supostamente para um percurso pedonal, destacando a curiosidade da população da serra de água relativamente a este assunto. -----

-----O Vereador Paulo Andrade referiu que esta intervenção foi realizada, no âmbito da solicitação de vários munícipes, para poderem ter um acesso melhor aos seus terrenos. Justificou ainda que este tipo de intervenção tem sido executado em algumas zonas do concelho, tratando-se apenas de uma regularização dos caminhos florestais e limpeza dos mesmos. -----

-----A Deputada Olívia Ascensão (PS) interveio relativamente à saúde, adiantando que acredita ser importante o lazer, no entanto a saúde está acima de tudo. A senhora deputada abordou o Centro de Saúde da Ribeira Brava, com muitos problemas já abordados em assembleia municipal, questionando para quando será possível uma sala de fisioterapia para os ribeira-bravenses que, atualmente, têm de se deslocar à Ponta do Sol, em condições de reduzida mobilidade particularmente em macas e outras. Insistiu para que fossem envidados esforços de modo a solucionar esta lacuna no concelho da Ribeira Brava. -----

-----O Senhor Presidente mencionou que, no que concerne à questão dos centros de saúde, estes não são da responsabilidade municipal, no entanto têm sido feitas alertas para determinadas situações à tutela nomeadamente no que se refere à fisioterapia, relembrando que esta já foi realizada, antes, na Tabua. Enfatizou que esta e outras

WUB
B
ens



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

situações relativas à saúde serão abordadas em reunião a agendar com o respetivo Secretário Regional. -----

----O Deputado Laureano Macedo (PS) interveio para lançar uma nota sobre a rotunda do centro de saúde, indicando ter sido uma proposta do PS, há dois anos na Assembleia Regional que não constou no PIDDAR, questionando qual o ponto desta situação. Também abordou a questão das águas nas zonas altas, mencionando tudo o que tem sido dito pela deputada do PS, na Assembleia Legislativa Regional. O senhor deputado questionou, também, sobre a qual a ação a tomar pela câmara em relação à captação de financiamento, a partir do plano de recuperação e resiliência, para solucionar os vários problemas do concelho já mencionados. -----

----O Senhor Presidente afirmou que, relativamente à rotunda do centro de saúde, este é um assunto em discussão com o Governo Regional desde 2013. Alertou que têm sido feitos vários alertas sobre esta situação, mas salientou se tratar de um espaço regional, não estando sob a tutela do município. Sobre o assunto relativo à água das zonas altas, o Senhor Presidente informou que a ARM concorreu a fundos europeus e este projeto está incluído no plano de recuperação e resiliência, referindo também que a EEM também está a recuperar a estação hidroelétrica da Serra de Água, ao abrigo desses fundos. Concluiu que o importante é que “as coisas fiquem feitas, não quem as faz. O que interessa é que se faça.”. Sobre a água das zonas altas, salientou ser uma questão problemática, mas acredita na sua rápida e eficaz resolução. Indicou que, culminando a construção do túnel que vai até à zona de Campanário, a questão da água de rega, será ultrapassada e em relação ao que foi debatido na última sessão, alertou que a ARM irá instalar uma estação de cloragem da água, na zona da Fajã das Éguas, após várias decantações, com o objetivo de melhorar a qualidade da água potável. -----

----O Deputado Rui Almeida (PS) interveio sobre a questão da Fajã da Éguas referindo uma situação visível à todos os que por lá circulam, alertando para a segurança dessa estrada, que dá acesso aos depósitos, propriedades privadas e a todos os caminhos agrícolas- Salientou que, com episódios de inverno e mau tempo, a situação é agravada, solicitando que esta seja resolvida a fim de evitar a ocorrência de acidentes com alguma gravidade. Realçou ainda a existência de duas curvas na iminência de queda -----



evs
WUP
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Senhor Presidente informou que será enviada uma equipa da fiscalização, ao local, para averiguar eventuais soluções para esta situação. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente do abordou as obras públicas salientando estarem a concluir as negociações com proprietários, para a cedência de terrenos, com o objetivo de avançar com dois caminhos, um na Boa Morte e outro no Porto da Ribeira. Apontou estar em fase de conclusão a empreitada de repavimentação da Estrada do Barreiro, seguindo-se a colocação de respetiva sinalização horizontal. Mencionou que a maioria das estradas municipais não possuíam sinalização horizontal, estando atualmente a ser colocada para facilitar o dia-a-dia de quem lá passa. Realçou a aquisição de um equipamento, pela autarquia, que facilita a pintura das estradas. Indicou estar em fase de conclusão o miradouro na Terra Grande, na Serra de Água. Mencionou também o Caminho do Caramanchão e o Caminho do Salão anteriormente abordados. Salientou o acompanhamento de algumas obras de proximidade tais como: canalizações de águas, limpezas e manutenção de espaços municipais. Informou sobre algumas situações, de limpeza constante, ocasionadas por episódios de mau tempo. Abordou também a questão da Estrada da Furna, fruto de um investimento do mandato passado, referindo ser muito gratificante verificar que, perante condições adversas como temporais, já não se verificam interrupções na Estrada. O senhor presidente indicou outras recuperações e a abertura da Loja do Agricultor no Mercado Municipal. salientando a entrega, a título gratuito, de fertilizantes e raticida aos agricultores. Informou que reuniu com a EEM para perceber qual o investimento da empresa, no concelho, a nível da questão das luminárias. Indicou que esta empresa pretende substituir cerca de 10% das luminárias da região, ao abrigo de uma candidatura à fundos europeus, tendo contactado esta autarquia a fim de questionar quais as zonas-alvo desta mudança de lâmpadas incandescentes para lâmpadas LED. Salientou que entre 2020 e 2021, e devido à substituição de luminárias para LED, verificou-se uma redução de despesa com eletricidade em cerca de 40 mil euros anuais.

MS
CS
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

No entanto, são gastos cerca de 600 mil euros anuais com a iluminação de rua, caminhos, veredas, estradas regionais e estradas municipais. Realçou que ações tais como a substituição de lâmpadas e deligar luzes durante um período da noite, podem traduzir-se em verbas disponíveis para outros investimentos, não esquecendo a importância da questão ambiental inerente à eficiência energética. Sobre este assunto, informou estar a ser preparada toda a documentação necessária para um investimento relativo à eficiência energética de dois espaços do concelho, um deles pertencente ao Município e outro da Secretaria Regional do Equipamento Social, sendo o Município responsável pela sua manutenção e pagamento de energia elétrica. Um destes espaços compreende a área onde a câmara está instalada, desde o parque até o edifício novo e o edifício velho. A ideia é a criação de um sistema de painéis para que reduzir o valor com a despesa de eletricidade usufruindo dos resultados a nível ambiental. A escola do 1.º ciclo da Ribeira Brava é um dos espaços cujo investimento terá de ser realizado, com a finalidade de reduzir a despesa de eletricidade mensal. Reforçou que, nestes dois espaços, existem despesas de eletricidade acima dos dois mil euros mensais. Acrescentou que a escola do 1.º ciclo da Ribeira Brava tem a Escola, o CAP e o Conservatório, estando a falar acima de dois mil euros mensais de eletricidade. O Senhor Presidente salientou que: “Queremos começar por estes dois, ver o efeito e também servir de exemplo para as nossas populações.” Ao nível da cultura tem decorrido um trabalho contínuo, através das associações, que já assinaram os programas de apoio no valor de 180 mil euros, de cariz cultural, desportivo e social. Salientou que: “O trabalho feito pelas associações no dia-a-dia com o desporto dos menos jovens e dos mais jovens é uma bandeira do nosso concelho. O trabalho cultural através da formação musical feito por algumas associações e a formação a nível das técnicas artesanais e outras também tem sido uma mais-valia em termos culturais.” Enalteceu todo o trabalho desenvolvido, a dinamização do espaço do artesão e a promoção do envelhecimento ativo. A nível desportivo apontou o primeiro torneio da Madeira de Walking Football. O Senhor Presidente informou estarem a desenvolver a programação da Semana do Concelho com vários momentos culturais. Adiantou também a intenção de retomar as Conversas sobre Personalidades do Concelho, antevendo que a próxima seja sobre o Padre Manuel Álvares. Referiu algumas das atividades dinamizadas no Natal e do feedback positivo. Relembrou a iniciativa do comboio que será uma



ews
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

agradável memória para as crianças e que dinamizou o comércio da baixa. No que diz respeito à educação, o Senhor Presidente aludiu o apoio às creches e a Universidade Sénior. Indicou o trabalho desenvolvido no âmbito da eco escolas, a entrega de manuais e materiais escolares, referiu que no fim de dezembro foi feito o pagamento de 50% das bolsas de estudo aos “nossos alunos universitários”. Apontou que têm sido facultados os transportes escolares para a escola e visitas de estudo. A nível social e de saúde continua a análise de várias situações de risco. O Senhor Presidente abordou também o cartão do idoso, a reabilitação de habitações, o apoio ao emprego, e os postos de testagem do concelho, a sua descentralização dos espaços físicos – Clínica e Farmácia. Mencionou os protocolos assinados com as Juntas de Freguesia e das abordagens com os respetivos Presidentes para futuras obras através de contratos programas, a submeter posteriormente à Assembleia para viabilizar a assinatura desses contratos. Referiu a campanha de adoção animal já iniciada, e adiantou que há intenção de fazer um regulamento de apoio a quem adote animais abandonados no concelho. “O animal abandonado é esterilizado, mas fica na SPAD o que se reflete em custos”, alertou o Senhor Presidente. “Vamos continuar com essa campanha, mas queremos ir mais além, porque a causa animal é algo que nos preocupa e sensibiliza!” -----

-----Interveio o Deputado Laureano Macedo (PS) agradecendo a informação detalhada apresentada pelo Senhor Presidente e enalteceu a dinamização cultural, abordando a obra gramatical do Padre Manuel Álvares. Mencionou outras figuras do concelho e referiu querer mencionar, para uma maior igualdade de género na História o papel das mulheres na Ribeira Brava, que também deram o seu contributo e que “estão esquecidas”. Falando sobre a importância da preservação ambiental, o Deputado salientou o fato de por vezes já estar de dia, com luz solar, e as luzes estarem ainda acesas, sendo esta uma situação a analisar com a EEM, para minimizar gastos desnecessários. Referiu a existência de uma questão que não ficou clara, sob o ponto de vista do ambiente: o jardim da Meia Légua, questionando o que se tenciona fazer, o que está previsto para o local. Sugeriu ainda ao executivo que alinhe estes projetos aos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 20-30 das Nações Unidas, referindo que na Região Autónoma da Madeira existem duas entidades autárquicas, especificamente a Câmara Municipal do Funchal e a Câmara Municipal do Porto Santo, que participam no ODS local. -----

Handwritten marks: a scribble and the letters 'A' and 'WS'.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Senhor Presidente da Câmara sobre a questão da energia elétrica e a mudança horária, referiu ser nesta altura de mudança horária que a EEM procede à substituição das luminárias. Sobre o Jardim da Meia Léguas, o Senhor Presidente alegou não ter conhecimento do mesmo. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) explicou, mencionando um aterro ao lado da ribeira.-----

-----O Senhor Presidente referiu que o mesmo é um espaço privado, no qual existiam maquinarias que foram retiradas pelo proprietário da empresa e neste momento está a criar um jardim particular, sendo este um investimento privado. -----

PONTO 2 – Aprovação do Plano de Ação para Energia Sustentável e Clima da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Senhor Vereador Paulo Andrade (RB1), referiu tratar-se de um plano de ação que foi aprovado em reunião de câmara por unanimidade, estando agora a ser submetido à assembleia. Explicou ser um plano para criar metas até 2050 com os objetivos de redução do consumo das energias combustíveis fósseis, redução da emissão de CO2 e criação de estratégias de aproveitamento das energias renováveis. Referiu que o mesmo incide sobre cinco eixos, descritos no plano, realçando que o executivo já implementou algumas das medidas tais como aquisição de veículos elétricos e substituição das luminárias. As medidas são implementadas dentro das possibilidades e do orçamento do Município, e que existem várias entidades a trabalhar no mesmo sentido, sendo este um trabalho de equipa. Acrescentou que o Município pode-se candidatar para implementar o que está previsto no plano. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) interveio abordando a questão do corredor de alta tensão que atravessa o nosso concelho, questionou se o executivo prevê agir no sentido de enterramento dos cabos de alta tensão, dando o município do Funchal como exemplo, realçando a questão inestética e o impacto causado pelos mesmos. Questionou qual a ação do Município, junto da EEM, para minimizar o impacto negativo que os cabos de alta tensão criam desde o Campanário, Ribeira Brava e Pedra Mole-----



MUR
A
ews

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) esclareceu que esta questão já foi abordada no passado mandato, tendo sido aprovado, salvo erro, em sessão de assembleia, um memorando enviado à Empresa da Eletricidade. -----

Colocado à votação, foi Aprovado por Unanimidade. -----

PONTO 3 – Aprovação da proposta de alteração dos limites do Orçamento Participativo 2021, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Senhor Presidente tomou a palavra e explicou que o orçamento participativo está regulamentado, referiu que no ano anterior foram realizadas quatro reuniões de trabalho, nas várias freguesias, com os munícipes interessados, das quais resultaram onze propostas. Explicou que uma proposta válida para o orçamento participativo tem de ter um custo até vinte e cinco mil euros, sendo que das onze propostas apresentadas, apenas três apresentavam valores abaixo dos vinte e cinco mil euros. Assim estas três propostas podiam ser colocadas à votação, ficando abaixo dos setenta e cinco mil euros sendo este o valor total do orçamento anual. Abordou a dificuldade de fazer um orçamento participativo anual e exemplificou que o orçamento regional prevê o período de um ano para parte burocrática e de um ano para execução, enquanto o orçamento municipal prevê a concretização de ambas partes: burocrática e de execução, durante um ano. Explicou a proposta, aprovada por maioria na câmara, que contempla duas situações, nomeadamente que o valor de vinte e cinco mil euros passasse para um valor até cinquenta mil euros, e que o valor total anual de setenta e cinco mil euros passasse para cento e cinquenta mil euros, dando assim oportunidade a um maior número de propostas apresentadas e colocadas à votação aos munícipes.; Mais explicou, que em contrapartida, é preciso fazer a eleição das propostas, depois a contratação pública das vencedoras a fim de poder colocar as obras no terreno, sendo que neste ano corrente este processo seria concluído não havendo assim abertura de consulta pública para o orçamento participativo. Resumidamente, apenas no ano de 2022 o processo do orçamento participativo de 2021 terá conclusão. Assim, o Senhor Presidente indicou que o próximo orçamento participativo terá lugar apenas em 2023, pois é muito difícil concluir todo este processo em apenas um ano, devido à falta de recursos humanos afetos a este projeto. Referiu a

MB
A
EJ



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

intenção de trazer à Assembleia uma alteração ao regulamento do orçamento participativo, para esclarecer também os pormenores de timings e calendários. -----

----O Deputado Laureano Macedo (PS) questionou ou se será um orçamento bianual e se assim for, em que ponto de situação ficam os atuais candidatos do orçamento participativo de 2019, especificamente no que respeita às as propostas vencedoras e se as mesmas estão a par desta alteração. -----

----O Senhor Presidente explicou o funcionamento do orçamento participativo na autarquia, de acordo com o regulamento são realizadas reuniões nos vários sítios, das quais resultam propostas que são avaliadas por uma equipa técnica da câmara e é realizado um relatório final no qual encontram-se as propostas estão em condições de ser alvo de escrutínio no Município e serem eleitas. Explicou ainda que ao enviar o relatório das propostas foi constatada a existência de duas propostas com um custo médio de dezoito mil euros e uma outra com valor de vinte e cinco mil euros, pelo que todas as outras ultrapassam o valor estipulado. Realçou que a alteração de valores é da competência da Assembleia e que dessa decisão dependem as propostas do orçamento de 2021 que ainda não tiveram qualquer resposta. O Senhor Presidente salientou que é necessário ter noção de que os materiais estão cada vez mais caros e que vinte e cinco mil euros é um valor por vezes insuficiente para a realização de uma obra. -----

----O Deputado Laureano Macedo (PS) agradeceu a explicação, mas falou da justificação do problema, da alegação de falta de recursos humanos na equipa técnica abordando que foi aprovado em Assembleia aumentar o número de pessoal para assegurar que essa equipa técnica possa desenvolver corretamente o seu trabalho. Referiu que os valores poderiam ser aumentados a fim de poder ser executado anualmente e não bienal pelo que solicitou esclarecimentos. -----

----O Senhor Presidente questionou o Senhor Deputado se era funcionário público. Ao que o Senhor Deputado respondeu afirmativamente. O Senhor Presidente questionou quanto tempo decorreu desde a sua candidatura até ser contactado para trabalhar, ao que o Deputado referiu ter sido um período de seis meses. O Senhor Presidente respondeu estar aí a resposta, acrescentando que os procedimentos concursais para contratar pessoas levam o seu tempo.-----



MUR
ews
[Signature]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) questionou sobre a existência de pessoal interno da câmara para poder afetar à este serviço. -----

-----O Senhor Presidente explicou que poder p concretizar o orçamento participativo como está, num ano, teria de haver, pelo menos, duas pessoas a tempo inteiro neste projeto e atualmente não é possível. Referiu questões relacionadas com o Covid, isolamentos profiláticos e outras situações de baixa. Indicou que no mapa de pessoal está previsto um reforço de recursos humanos, no entanto o processo de procedimento concursal é moroso. Colocado à votação, foi Aprovado por Maioria com vinte votos a favor (dezoito do RB1 e dois do CHEGA); cinco votos contra (PS). -----

PONTO 4 – Aprovação do pedido de desafetação do espaço de domínio público municipal apresentado por Nelson Gonçalves Faria Lala, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara explicou que houve um pedido de alteração de vereda na qual, obviamente, haverá a desafetação de uma parte pertencente ao domínio público municipal, mas em contrapartida será recebida outra parte, pelo que a vereda não deixará de existir, tratando-se apenas de uma alteração, apelando assim à análise das imagens apresentadas pelo requerente. Acrescentou que o documento esteve em consulta pública não tendo sido alvo de observações sobre o mesmo realçou que é competência da Assembleia a desafetação desta vereda, tendo sido esta proposta aprovada por unanimidade em reunião de câmara. -----

Colocado à votação Aprovado por Unanimidade. -----

PONTO 5 – Aprovação do pedido de desafetação do espaço de domínio público municipal apresentado por Rui Luciano Dionísio Silva, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu tratar-se de uma outra situação semelhante ao ponto anterior e apelou à análise das imagens apresentadas que são muito elucidativas. Acrescentou que a Câmara não terá qualquer custo com estas situações pois o proponente assume a totalidade dos custos. Adiantou que esta proposta também não foi alvo de nenhuma observação na consulta pública. -----

Colocado à votação Aprovado por Unanimidade. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

PONTO 6 – Apreciação do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava, referente ao ano 2021. -----

-----A Senhora presidente da Assembleia informou que, para abordar este ponto, foi convidada a Dra. Sofia Nunes, atual presidente da CPCJ da Ribeira Brava. -----

-----A Dr. Sofia Nunes começou por informar que se trata do relatório resultado da avaliação que a CPCJ da Ribeira Brava fez da sua atividade do ano de 2021. A Dra. Sofia Nunes explicou o volume processual movimentado durante o ano 2021, referindo que foi dada a entrada de cinquenta e três processos, sendo dezoito transitados do ano 2020, onze processos reincidentes e as restantes foram novas situações sinalizadas à CPCJ. No final do ano 2021 existindo vinte e dois processos ativos o que implica que, ao longo desse ano, foram trabalhadas situações que levaram ao arquivamento de trinta e um processos. Mencionou, a nível de freguesias, existe uma semelhança aos anos anteriores, com mais sinalizações na freguesia da Ribeira Brava e Campanário, que são as duas maiores freguesias em termos de população do concelho. Informou que foi feita uma análise, a nível de entrada de processos abarcando os últimos dez anos, referenciando alguns dados e comparações. Mencionou que a pandemia Covid foi um entrave às sinalizações devido aos isolamentos o que obrigou as crianças a passarem mais tempo em casa, não permitindo a visibilidade de situações problemáticas. Explicou o funcionamento da CPCJ, na abordagem e em fase análise de processos, nomeadamente o arquivamento dos mesmos salientando os vários motivos possíveis. Acrescentou que a Comissão Restrita não é uma instituição judiciária, pelo que tenta trabalhar em conjunto com a família. Referiu as várias fases de um processo, desde o contacto com a família, devidas autorizações, sinalização ao Ministério Público, recolha de informação sobre a família em vários contextos possíveis, análise de toda a informação, aplicação de medidas e arquivamento do processo. Indicou alguns elementos gerais dos processos como as faixas etárias e sexo feminino/ masculino e as principais problemáticas sinalizadas em 2021 assim como as entidades sinalizadoras. Explicou que a problemática da Violência Doméstica se destacava e sobretudo que era sinalizada pela PSP. Passou e explicar o trabalho da Comissão Alargada. Referiu que o trabalho desta última, nos últimos dois anos, ficou muito aquém do que seria de esperar e que, tendo assumindo o mandato em setembro de 2021 um dos compromissos foi regularizar o funcionamento da Comissão



CS
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Alargada. Informou que já têm todos os elementos que a lei define representados na CPCJ, tendo sido realizadas duas reuniões, o propósito é ter reuniões mensais de forma que as várias entidades possam definir um plano plurianual no qual todas as entidades se comprometam a desenvolver ações de prevenção no Município. Indicou que neste primeiro ano o trabalho será mais árduo, sendo o principal objetivo estratégico, a realização do diagnóstico do Concelho para definir as diferentes áreas de atuação. -----

-----A Deputada Luísa Ponte (RB1) referiu a existência de jovens com doze e treze anos que vivem em famílias problemáticas, mas que nunca foram sinalizados, questionou se existem jovens que sinalizam a sua situação e procuram ajuda. -----

-----A Dra. Sofia Nunes respondeu não ser muito comum, mas que já tiveram uma situação dessas. Reforçou que a ideia é mudar a imagem do que as pessoas pensam que é a Comissão, muito associada à retirada de filhos, mencionando que o intuito é tentar analisar, juntamente com a família, o que se está a passar e alertar para situações menos boas, apelando à sua sinalização o mais precoce possível, de modo a poderem ser solucionadas da melhor forma. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) interveio para dar os parabéns à Dra. Sofia Nunes pelo seu relatório exaustivo e detalhado. Pediu um esclarecimento sobre os casos de jovens que sofrem de violência doméstica e bullying, no que se refere à sinalização das suas possíveis causas. Deu o exemplo de jovens com questões relativas à identidade de género e orientação sexual, muito propícios a terem comportamentos autodestrutivos pelo que é imprescindível um precoce acompanhamento. Questionou sobre o acompanhamento destes casos e a sua sinalização. -----

-----A Dra. Sofia Nunes informou que, das sinalizações que têm recebido a identidade de género apenas é detetada ao longo do trabalho que é feito com a criança/jovem. Indicou situações em que a questão da identidade de género, causa muito incómodo na família e no meio onde o jovem se movimenta. Mais informou que tiveram formação alusiva a essa questão, promovida pelo Município e a mesma será alargada aos técnicos envolvidos e à população em geral. Considerou estar no caminho certo, sendo este um tema que têm sido trabalhados, procurando sempre ter o máximo de cuidado nestas questões e orientando os técnicos para as sensibilidades inerentes destas situações. -----

MURA
CS



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A Senhora Presidente da Assembleia informou que o Relatório apresentado se encontra disponível para consulta nas instalações da Autarquia. -----

PONTO 7 – Discussão e votação da proposta de revisão/alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia informou que o ponto 7 não será colocado a votação, devido aos termos do artigo 5, número 1, alínea a), do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, que “Compete à mesa da assembleia: a) elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito. Explicou que esta proposta não foi efetuada nos termos legais, pois não ficou registado em ata qualquer proposta de constituição do grupo de trabalho nem o mesmo foi sujeito à aprovação da Assembleia. Conclui-se que as propostas de Regimento resultantes não podem ser tidas em consideração nem submetidas para apreciação e deliberação pelo fato de terem sido irregularmente propostas. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) referiu ser necessária uma reapreciação. Referiu não ser possível alegar não terem conhecimento da constituição do grupo de trabalho, uma vez que na última Sessão a Senhora Presidente da Assembleia falou do tema perante todos os presentes. Além disso, foram enviadas convocatórias por carta registada com aviso de receção, questionou como será realizado o pagamento das senhas de presença relativas às reuniões realizadas. O Senhor Deputado informou que o Grupo do Partido Socialista não compreende a retirada deste documento, pedindo à Senhora Presidente que apresente os argumentos que justificam a sua anulação, questionando a existência de parecer jurídico. O Senhor Deputado realçou o trabalho da parte dos membros do grupo de trabalho pelo que gostaria de saber qual o fundamento apresentado. -----

-----O Deputado Hélder Gomes (RB1) interveio para concordar com a decisão da Senhora Presidente da Assembleia, pelo fato de ser necessária uma votação e deliberação em Assembleia que o valide o grupo de trabalho proposto. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) questionou se esta questão apenas foi detetada depois do trabalho realizado. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia informou ter enviado a um jurista a proposta de alteração ao regimento, para verificação legal das alterações realizadas. Ao que o jurista questionou sobre a votação desse grupo de trabalho e sobre o registo da respetiva



Handwritten signature and initials.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

deliberação em ata. Alegou ainda que, sem a deliberação de toda a Assembleia, a constituição de um grupo de trabalho para alteração de proposta de Regimento é uma ilegalidade. -----

----O Deputado Laureano Macedo (PS) informou que o Grupo do Partido Socialista requer o conhecimento desse parecer, por escrito. Referiu ser obrigado a questionar o exercício dos membros da Mesa, devido a este lapso relativo ao Regimento. Salientou que este Regimento está desatualizado há dois mandatos, e que o mesmo apresenta normas anteriores a 2015. -----

----O Deputado Luís Vicêncio (CHEGA) registou aquilo que chama de “amadorismo” desta situação. Indicou que houve três reuniões de quatro horas e que não pode deixar de referir que tentou-se melhorar um documento que tinha muitas alterações. -----

----O Deputado Laureano Macedo (PS) congratulou a posição do Deputado Luís Vicêncio (CHEGA), referindo a proposta de regimento elaborada como “documento inovador”. Aludiu às reuniões efetuadas e realçou a necessidade de uma entidade consultiva para a Mesa da Assembleia com a finalidade de evitar situações constrangedoras como esta. Reiterou a necessidade de uma nova Sessão Extraordinária para concluir este processo e questionou o pagamento das senhas de presença relativas ao mesmo. -----

----A Senhora Presidente da Assembleia informou que tendo existido convocatórias, reuniões e trabalho realizados, será realizado o pagamento das respetivas senhas de presença. -----

----O Deputado Rui Almeida (PS) questionou se o documento será submetido na próxima Sessão de Assembleia. -----

----A Senhora Presidente da Assembleia informou que será realizada uma exaustiva verificação do mesmo pelo jurista com eventuais alterações ao documento. -----

----O Deputado Laureano Macedo (PS) solicitou ter conhecimento, por escrito, desse parecer jurídico, agradecendo desde já o seu envio. -----

Foi considerado um ponto inválido. -----

----A senhora Presidente pediu à munícipe Bernardete Vasconcelos Abreu Nabo para iniciar a sua intervenção. -----

WURZ
A
WS



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A Senhora Bernardete Vasconcelos Abreu Nabo, moradora no Sítio do Til, Ribeira Brava, identificou-se, salientando que o mesmo está isolado e esquecido, apresentando uma petição feita ao município com uma proposta que passou a ler (em anexo). A Senhora Bernardete Nabo referiu o “abandono e esquecimento” deste Sítio realçando que uma das maneiras de acabar, com esta situação, seria a construção de um caminho, nesta zona, e a criação de um miradouro sobre a Ribeira Brava, o que seria excelente para todos os moradores e visitantes. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Autarquia recebeu uma petição sobre a situação exposta e realçou que há uma empreitada adjudicada no valor de 174 mil 749 euros e 99 cêntimos, mais IVA, na zona da Boa Morte, para um caminho e alargamento da vereda ligando o caminho que está sem saída em baixo na zona do caminho da Soquinha e também para permitir uma maior acessibilidade à zona da capela e às habitações circundantes. O pedido feito refere-se a um caminho para ir para o outro lado, do Til. Mediante esta petição foi feito um pedido, tendo em conta a prestação de serviços de avaliações, a fim de serem solicitados valores para a obra em causa e sobre qual o impacto financeiro da mesma. Informou que a empreitada já está adjudicada pelo que neste momento não será possível, no entanto o orçamento será alvo de análise e resposta. O Senhor Presidente da Câmara alertou que as pessoas com terrenos agrícolas devem registar os seus parcelares, pois, regra geral, aquando de candidaturas de caminhos agrícolas o primeiro item de seleção é o número de parcelares registados. Realçou ainda a análise da situação, a questão dos valores e de candidaturas a fundos europeus. Destacou o espaço do agricultor no concelho que considera ser uma mais-valia, permitindo tratar dos registos dos parcelares de forma rápida e fácil assegurando a candidatura a fundos europeus. -----

-----A Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Maria Natália Gonçalves da Silva, passou à leitura da minuta e das deliberações referentes à sessão. Colocada à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas treze horas e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo secretário, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 28 de fevereiro de 2022

A Presidente da Assembleia, D.ª Ana dos Santos de Abreu

O 1º Secretário, Luís António Gonçalves da Silva

O 2º Secretário, [Assinatura]

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal

Da Ribeira Brava

Assunto: Petição Pública para construção de um **Caminho Municipal** entre o caminho da Boa Morte e o sítio do Til.

Bernardete Vasconcelos Abreu Nabo, NIF- 103.362.770, residente ao sítio do Til CCI 402, 9350-143, freguesia e concelho da Ribeira Brava, titular do cartão de cidadão nº 04556842, válido até 24-01-2028, emitido pela República Portuguesa, vem mui respeitosamente expor e requerer a V. Excia o seguinte:

Os cidadãos abaixo assinados, vêm apresentar a V. Excia uma petição pública, nos termos da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, para a construção de um Caminho Municipal entre o Caminho da Boa Morte e o sítio do Til, que irá permitir o acesso automóvel às residências e aos terrenos agrícolas, favorecendo a paisagem turística com mais terrenos cultivados e melhorando substancialmente as condições de vida dos seus residentes.

Assim, face ao exposto, requer-se ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava e ao seu executivo, a melhor apreciação ao acima exposto.

Pedem deferimento

Junta: Lista de assinaturas presenciais da petição,

A recolha de assinaturas foi realizada de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

Ribeira Brava, 20 de Janeiro de 2022

